

CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES TEMPORÁRIOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA: A PRECARIZAÇÃO COMO REGRA

Ellen Kauane Rutes (UEPG)
ellenkrutes@gmail.com

Carina Alves da Silva Darcoletto (UEPG)
carinadarcoletto@yahoo.com.br

1 Introdução

Este texto, recorte de pesquisa de mestrado em andamento, traz uma análise preliminar de artigos que abordam sobre as condições de trabalho de professores temporários na Educação Superior Pública brasileira. Essa discussão se faz necessária, na medida em que o número de contratação flexibilizada (precarizada) de professores nas universidades públicas tem se tornado cada vez mais recorrente Brasil afora e, por outro lado, há poucas pesquisas sobre isso. Como procedimento metodológico, utilizou-se o levantamento, seleção e análise de artigos disponíveis no sítio de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no campo de acesso da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). No buscador, os descritores aplicados foram: “Condições de trabalho” e “Educação Superior”, obtendo com o filtro de revisão por pares o resultado de 26 trabalhos; destes, 6 trabalhos foram selecionados, pois contemplavam, em alguma medida, o objeto de nossa discussão - as condições de trabalho de professores temporários na Educação Superior.

Dados os limites deste texto, apresentamos, no quadro 1, a organização dos dados gerais dos artigos selecionados, seguida de breve discussão e análise preliminar desses dados. Tal análise, assim como a pesquisa mais ampla que envolve esta discussão, é baseada no materialismo histórico dialético.

Quadro 1 – Relação dos artigos analisados que tratam sobre os professores temporários na Educação Superior brasileira, por título, ano de publicação, autoria e periódico

(continua)

Título	Ano	Autoria	Periódico
A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos	2007	BOSI	Educação e Sociedade

Quadro 1 – Relação dos artigos analisados que tratam sobre os professores temporários na Educação Superior brasileira, por título, ano de publicação, autoria e periódico

(conclusão)

Título	Ano	Autoria	Periódico
A expansão do ensino superior no Brasil pelo programa REUNI: democratização da formação universitária ou apenas uma ambivalência legal?	2015	PACHANE; VITORINO	Unisul
A nova configuração do trabalho docente na Educação Superior: o caso do curso de pedagogia/UFJF da Universidade Aberta do Brasil	2017	VIEIRA	Trabalho Necessário
A formação de professores: limites e desafios na educação superior	2018	MAGALHÃES JÚNIOR; CAVAIGNAC	Cadernos de Pesquisa
A Subjetivação Capitalista enquanto Mecanismo de Precarização do Trabalho Docente na Educação Superior	2020	FÁVERO; BECHI	Aape Epaa
Século XXI e desigualdades nas condições de trabalho docente na educação superior	2020	VARGAS; ZUCCARELLI; HONORATO	Diálogo Educacional

Fonte: Dados disponibilizados pela CAPES (2024). Elaborado pelas autoras (2024).

2 A precarização das condições de trabalho

Bosi (2007), ao analisar a precarização do trabalho docente de 1980 a 2005, identifica, a partir da reestruturação produtiva, o aumento da flexibilização nas formas de contratos de professores das IES públicas, o que contribui para precarização também do trabalho do professor de carreira: “Do ponto de vista do capital, trata-se de aumentar o trabalho docente em extensão e intensidade”. (Bosi, 2007, p. 1511).

Pachane e Vitorino (2015) abordam que a precarização das condições de trabalho nas universidades federais intensifica-se após a implementação do programa REUNI, destacando que, ao mesmo tempo em que ampliou o acesso a novas matrículas, contribuiu para a sobrecarga de trabalho dos professores efetivos, visto que a contratação de professores substitutos/temporários ficou delimitada prioritariamente ao ensino, logo, tais trabalhadores ficam impedidos de assumir cargos de gestão, participação em programas de pós-graduação, entre outras demandas exclusivas aos professores de carreira.

Para Vieira (2017), outro programa que contribuiu para a precarização das condições de trabalho foi a Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio da educação a distância, que possibilitou a flexibilidade na conversão de professores em tutores de demandas dos ambientes virtuais de aprendizagem.

Magalhães Júnior e Cavaignac (2018), ao mapearem a formação, saberes e práticas docentes em uma universidade pública brasileira, apresentam como resultado a precarização das condições de trabalho, por meio da falta de recursos e dos baixos investimentos para atender os cursos, resultando na intensificação da contratação de professores substitutos, temporários, não efetivos, não concursados, dentre outros nomes, com altas rotatividades e retenção de direitos, impactando negativamente a Educação Superior e contribuindo para a desvalorização docente.

Fávero e Bechi (2020) apresentam a categoria de responsabilização dos trabalhadores após o processo de acumulação flexível, herança do sistema *toyotista* que reordenou o controle sobre o trabalho. Para os autores, “[...] a concorrência e o produtivismo são assumidos pelos trabalhadores como um projeto de vida pessoal. Isso ocorre porque o projeto toyotista/neoliberal sustenta sua estrutura política, econômica, cultural e produtiva nos princípios da autonomia e da liberdade.” (Fávero; Bechi, 2020, p. 15). Nesse sentido, as condições de trabalho dos professores temporários não estão isoladas das crises do capital, da reestruturação do trabalho e das políticas públicas.

Para Vargas, Zuccarelli e Honorato (2021), a precarização nas condições de trabalho na Educação Superior faz-se uma realidade inegável, mesmo para os docentes estatutários. Em aspectos gerais destacam que as reformas administrativas condicionaram maiores possibilidades de expansão das instituições particulares, a exemplo do programa do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). Nesse sentido, a organização do regime de trabalho nas universidades públicas assemelha-se ao dos professores das redes privadas, pois, nos termos de Vargas, Zuccarelli e Honorato (2021, p. 890) “[...] para os professores de instituições privadas ou contratados em regime especial pelas instituições públicas, o regime de trabalho é, via de regra, de natureza contratual, sem plano de carreira, regido pelas regras previstas na Constituição e na LDB”. Essas modificações no trabalho estão associadas diretamente ao projeto de Estado e aos ditames da expansão do capital, impactando a forma de contratação de professores nas universidades públicas e suas condições de trabalho.

3 Considerações Finais

A categoria da precarização do trabalho e a flexibilização foram as mais sinalizadas nos artigos, em decorrência de múltiplas determinações como a reestruturação produtiva, a implementação de programas pelo Ministério da Educação com intencionalidade de dar força aos projetos de controle e personificação do capital na Educação Superior, além do projeto neoliberal de gestão do Estado. Nesse contexto, a dimensão da valorização dos profissionais da educação fica subsumida aos interesses do capital e seus impactos na determinação de políticas educacionais.

Diante desse cenário, a contratação de professores temporários têm aumentado nas universidades públicas, na mesma proporção da diminuição de professores concursados, com direito à carreira e à remuneração por dedicação exclusiva; estabelecendo nesse sentido a precarização como regra na Educação Superior Pública brasileira.

Referências

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, dez. 2007.

FÁVERO, A.; BECHI, D. A subjetivação capitalista enquanto mecanismo de precarização do trabalho docente na educação superior. **Education Policy Analysis Archives**, [S.l.], v. 28, p. 1-24, 20 jan. 2020.

MAGALHÃES JÚNIOR, A. G.; CAVAINAC, M. D. Formação de professores: limites e desafios na educação superior. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 169, p. 902-920, set. 2018.

PACHANE, G. G.; VITORINO, B. de. M. A expansão do ensino superior no Brasil pelo programa Reuni: democratização da formação universitária ou apenas uma ambivalência legal? **Poiésis**, Tubarão, v. 9, n. 16, p. 438, 17 dez. 2015.

VARGAS, H. M.; ZUCCARELLI, C.; HONORATO, G. de S. Século XXI e desigualdades nas condições de trabalho docente na educação superior. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 21, n. 69, p. 874-900, 2021.

VIEIRA, M. A nova configuração do trabalho docente na educação superior: o caso do curso de pedagogia/ufjf da universidade aberta do brasil. **Trabalho Necessário**, v. 15, n. 26, p. 51-77, 28 jun. 2018.